

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: UMA ANÁLISE DE POSSIBILIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebido em: 11/11/2010

Aceito em: 07/10/2011

Soraya Corrêa Domingues¹

Elenor Kunz

Andrize Ramires Costa

Adriana de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis – SC – Brasil

RESUMO: O movimento ambientalista articula diversas ações em vários setores da sociedade brasileira ele está nas escolas, nas ONG's, nas políticas públicas, nas empresas e na conduta humana. Algumas iniciativas governamentais contribuem com esse movimento desenvolvendo políticas públicas que disseminam, divulgam e reforçam as diretrizes mundiais em defesa do ambiente limpo e saudável, entre essas iniciativas este ensaio evidencia a educação Ambiental enquanto movimento histórico que influencia pelas suas diretrizes os diversos espaços na vida. O Programa de Esporte e Lazer da Cidade é uma iniciativa governamental que propõe ações de valorização da cultura e da história do povo brasileiro através de ações locais de impactos globais, transformando o lazer e o esporte em um espaço pedagógico para aprendizagem aproximando o campo do lazer, do esporte e das políticas públicas às diretrizes da Educação Ambiental.

PALAVRAS CHAVE: Educação Ambiental. Atividades de Lazer. Políticas Públicas.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SPORT AND LEISURE PROGRAM CITY: AN ANALYSIS OF OPPORTUNITIES IN PUBLIC POLICY

ABSTRACT: The environmental movement has articulated a number of actions in various sectors of Brazilian society it is in schools, NGOs, public policy, business and human behavior. Some government initiatives contribute to this movement by developing public policies that disseminate, promote and strengthen the global guidelines in support of clean and healthy environment, these initiatives between this test demonstrates the environmental education as a historical movement that influences their guidelines for the various spaces in life. The Program for Sport and Leisure City is a government initiative that proposes actions to value the culture and history of the Brazilian people through local actions to global impacts, transforming the leisure and

¹ Estudante de Doutorado em Educação Física Universidade Federal de Santa Catarina e Bolsista CAPES

sports in an educational space for approaching the learning field of leisure, sport and public policy guidelines of environmental Education.

KEYWORDS: Environmental Education. Leisure Activities. Public Policies.

Introdução

Nas áreas da Educação Ambiental e das Políticas Públicas é possível perceber crescente campo profissional e de estudos e pesquisas. São iniciativas do Governo Federal pelos ministérios, promulgações de leis, abertura de novos campos de atuação profissional, publicações de diretrizes e outros documentos que dão possibilidades para um desenvolvimento entre o Lazer e a Educação Ambiental na esfera das políticas públicas.

A Educação Ambiental é uma iniciativa pedagógica de formação da sociedade. Em diversos espaços da educação formal e informal, ela age com objetivo de conscientizar o ser humano em relação ao seu meio ambiente. Diretrizes, metas e princípios foram estabelecidos para conceituar, delimitar, estabelecer leis e propor ações ambientais educativas. Neste sentido, podem ser identificadas possibilidades pedagógicas entre atividades de esporte no espaço-tempo de lazer e a Educação Ambiental na implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte.

O processo de implantação conta com a realização de módulos de formação², nos quais todos os envolvidos, formadores, agentes locais³, gestores públicos e

² Os módulos de Formação são acompanhados na localidade por um Formador, contratado por Edital Público, para coordenar e orientar conceitos e práticas fundamentais na implantação do programa na Cidade. Em determinado momento foram realizados dois módulos: implantação e avaliação, posteriormente foram três módulos: introdutório, acompanhamento e avaliação.

³ A implantação do programa conta com uma equipe de trabalho na Cidade que tem determinadas funções. Estes são chamados de agentes locais. São coordenadores, monitores, professores, representantes de moradores de bairro.

comunidade em geral, entram em contato com os conceitos fundamentais e com os processos da prática pedagógica do lazer.

No processo de implantação também há a produção de relatórios, produzidos pelos coordenadores locais e pelo formador. Esses relatórios são arquivados⁴ no Ministério do Esporte. Inicialmente, para fazer esta pesquisa qualitativa, foram analisados os relatórios de implantação, acompanhamento e avaliação de 7 (sete) cidades, nesta análise procurou-se identificar quais aspectos práticos e teóricos eram relevantes para analisar a relação com a Educação Ambiental. Um aspecto que chama atenção é sobre a grande relevância dada às atividades de lazer com caráter esportivo, indicando ser o esporte um elemento fundamental a ser analisado no processo de implantação e execução dos programas.

Portanto, buscamos analisar quais são as propostas de atividades esporte, suas atuais relações com o ser humano e com o meio ambiente indicando as possibilidades nas próprias ações do ministério aproximações com Educação Ambiental.

Os passos metodológicos deste artigo foram primeiramente compreender a Educação Ambiental, enquanto um movimento político destacando seus objetivos, princípios e diretrizes. Posteriormente entender os conceitos de Esporte enquanto fenômeno cultural construído pelo Programa de Esporte e Lazer da Cidade e por fim as conclusões apresentando os objetivos do programa e as possibilidades educativas e ambientalistas das suas ações, vivências e experiências de esporte e lazer.

Para desenvolver este artigo nos baseamos nas seguintes fontes bibliográficas: os livros Educação Ambiental Princípios e Práticas (DIAS, 2000), Identidades da Educação Ambiental Brasileira do Ministério do Meio Ambiente organizado por

⁴ Podem ser acessados para pesquisa como documento público.

Layrargues, (2004) e Pedagogia da Terra (MOACIR GADOTTI, 2000). E outros documentos de sítios da Internet, como relatório sobre o Meio Ambiente da UNESCO, do Comitê Olímpico, da ONU, Programas e Políticas do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, Ministério do Esporte.

Educação Ambiental e as Políticas Públicas

Considerações diversas são feitas em relação à destruição ambiental, existem relatórios, cartas, tratados, protocolos que evidenciam a destruição ambiental e também indicam iniciativas e diretrizes para determinadas mudanças que vão desde a conduta humana até políticas de governo nacionais. Entre essas iniciativas a EA⁵ vem consolidando um plano de ação e princípios em espaços pedagógicos formais e não formais. Mas, para fazer esta análise é preciso saber, quais são os princípios da EA evidenciando quais os pontos que ela pode se relacionar com o PELC⁶.

Lutas e reivindicações de grupos ambientalistas associada à necessidade econômica de auto regulação das fontes energéticas pela indústria resultam em organizações que analisam, pesquisam e tentam encontrar soluções para os problemas relacionados ao desequilíbrio ambiental. A EA é uma dessas proposições para solucionar essa problemática. É um campo de atuação pedagógica com o objetivo de alterar a atual relação de exploração e de destruição entre o ser humano e a natureza. Ela pretende ensinar a conhecer seu ambiente para resolver problemas do presente, visando um futuro de relações humanas menos destrutivas, com intenção de preservar o ambiente a partir da aquisição de conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação.

⁵ Educação Ambiental

⁶ Sigla para Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

O termo Educação Ambiental, hoje, já está bem consolidado e pode ser encontrado em documentos oficiais principalmente nos sítios do Ministério do Meio Ambiente e da Educação. Porém sua história e trajetória foram desiguais nos diferentes países do mundo.

Inicialmente em 1965, Foi pela primeira vez enunciado o termo Educação Ambiental na conferência de Educação na Universidade Keele, Grã – Bretanha. A Conferência de Estocolmo 1972 das Nações Unidas “Ambiente Humano” que debate necessidade de ter um programa específico de Educação Ambiental, a Conferência de em Belgrado UNESCO, que elabora os princípios e diretrizes para o programa internacional de educação ambiental; Encontro de Educação Ambiental, em Tbilisi, 1977, na Geórgia, formulação de recomendações à atuação internacional e regional sobre o tema, estabelecendo que ela considerasse não só a fauna e a flora, mas aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos como questões ambientais. Neste encontro também foi estabelecido seu caráter multidisciplinar, visão integrada do ambiente. 1º Conferência inter-governamental sobre Educação Ambiental, organizada pela ONU, foi à primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, estabelecendo estratégias e metas; Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, RIO 92 pela ONU, que socializou os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, discutiu metodologias e currículos. Deste encontro também resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental; Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade, Tessalônica Grécia, tema: Educação, patrocinada pela UNESCO em 1997 que reavaliou alguns resultados das propostas da Educação Ambiental de 1992; Em 2002, Joanesburgo, Conferencia da ONU Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, após dez

anos da RIO 92 foi realizada uma avaliação da primeira década da chamada “Era Ambiental” e planejamento de novas estratégias e metas; e por fim o estabelecimento do período chamado Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com início em 2005, que tem como uma das estratégias intensificar a Educação Ambiental na mídia e em diversos níveis de ensino e na educação informal.

Apesar de ser possível identificar na história da Educação Ambiental iniciativas relacionadas ao ensino de ecologia, estamos nos referenciando apenas a Educação Ambiental como uma ação desenvolvida em espaços pedagógicos formais, informais e não formais e que possui não apenas o ensino de elementos do ambiente como conteúdos, fauna e flora, mas diretrizes de um programa contínuo, multidisciplinar e integrado às diferenças regionais e interesses nacionais. Um programa que esteja interessado na erradicação da pobreza, da fome e do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana. Os documentos relevantes que destacam essas diretrizes, princípios e estratégias são: Programa Internacional da Educação Ambiental; Plano de Ação Mundial; Carta da EA; Agenda 21; Tratado de Educação Ambiental. No Brasil destacamos: o Programa Nacional de Educação Ambiental; agenda 21 Brasileira; e a Política de Nacional de Educação Ambiental.

O Brasil vem implementar a Política Nacional de Educação Ambiental somente em 1999, devido a sua não participação nas propostas assumidas pelos diversos países desde os primeiros encontros da década de 1960. A visão era de que esse encontros ambientais impediriam o desenvolvimento econômico, pois mesmo na formulação de objetivos, estratégias e metas da Educação Ambiental há uma vinculação a outros objetivos que não só os pedagógicos, como: fazer os países em desenvolvimento terem a soberania nacional e se posicionarem com equidade perante o mundo, transformação

essa que seria propiciada pelos países desenvolvidos, através principalmente da valorização da diversidade cultural, social e econômica; e que para isso seria também importante; a conscientização da necessidade de disseminação dos princípios da EA nos diversos setores; e proporcionar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; recomendar medidas a serem tomadas nacionais e internacionalmente quanto à proteção ambiental através de políticas públicas de desenvolvimento sustentável; promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; examinar estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

Evidencia-se que trabalhar com Educação Ambiental é também alterar a relação econômica, social e cultural em diversos setores. E apesar da não participação do Brasil nos planos, metas e estratégias de ações ambientais são verificáveis desde a década de 1960 quando o movimento ambientalista ativamente impulsionou ações e organizações a favor do meio ambiente (JACOBI, 2003). A formalização de Organizações Não Governamentais Ambientais⁷ e as criações de órgãos governamentais como: o IBAMA; a SEMA⁸, Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental, Programa Nacional de Educação Ambiental e o SISNAMA⁹ também alteraram as políticas públicas da Educação Ambiental e ampliaram os seus espaços de atuação com estratégias fora do ensino formal.

Os objetivos, estratégias e metas, no Brasil ficam estabelecidas com base em princípios do Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global que serão abordados a seguir.

⁷ Segundo Jacobi (2003) entre 1985 e 1993 o cenário informal das organizações sociais no Brasil muda para formal, devido ao fato de que as ONG's procuraram profissionalizar-se e o Ministério do Meio Ambiente lança o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais.

⁸ Secretaria Especial do Meio Ambiente.

⁹ Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo.

Os princípios da Educação Ambiental e o PELC

O Programa Esporte e Lazer da Cidade vêm trabalhando com alguns conceitos fundamentais construídos na prática das políticas públicas. Considerando o esporte como um dos conceitos fundamentais do Programa Esporte e Lazer da Cidade buscou-se a partir da análise de sua conceituação as possíveis aproximações com sete princípios da Educação Ambiental.

O conceito no PELC é compreendido como uma expressão da produção cultural cotidiana. Expressa, portanto valores da cultura erudita, de massa e popular. Os módulos de formação buscam principalmente reconhecer a cultura erudita, questionar a cultura de massa e valorizar a cultura popular objetivando de uma forma geral valorizar as expressões esportivas culturais do local, produzida no cotidiano das cidades. Desta forma as atividades de esporte proporcionam um espaço onde cada pessoa participa como sujeito da construção e valorização da diversidade cultural de forma integral, pois ela estabelece conexões entre sua própria realidade social, interpretando-a e explicando-a partir de interesses e objetivos claros e definidos.

Essa conceituação do esporte construída pelos formadores juntamente com envolvidos no PELC nos Módulos de formação demonstra que há uma busca por defini-lo como um espaço-tempo criativo, lúdico, no qual as pessoas participando podem efetivamente construí-lo, nas suas decisões de regras, estruturas, táticas e fundamentos. Reconhecendo o esporte enquanto possibilidades de constituição do conhecimento a cerca da cultura e incentivando outras relações entre o ser humano e seu meio. Neste sentido entende-se a aproximação com o primeiro princípio da Educação Ambiental que é “ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu

modo formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade”. (GADOTTI, 2000 p. 95).

O redimensionamento do esporte traz também a questão do espaço para vivências esportivas que não está mais atrelada apenas aos espaços formais do esporte, como quadras, ginásios, mas, está relacionada à experimentação de lugares diversos disponíveis na cidade, permitindo apropriação de determinadas práticas esportivas, incentivando todos os envolvidos no programa a conhecer seu espaço urbano e apropriar-se dele para melhor aproveitar os seus limites e possibilidades ambientais e valorizar e incentivar as produções da cultura corporal de movimento do local vinculada a um reconhecimento dos espaços e tempos urbanos disponíveis para determinadas práticas. Este aspecto do esporte está relacionado ao segundo princípio que é “estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se da estratégia democrática e interação entre as culturas”. (GADOTTI, 2000 p. 95).

Em termos de funcionamento administrativo, as ações do PELC nas comunidades têm buscado interação com a realidade local, redimensionando o esporte em atividade de lazer a partir do: a) esclarecimentos; b) mobilizações; c) intervenções. Elas se desenvolvem por seis modos principais: Análises científicas do problema; Trabalhos interdisciplinares; A apreensão da realidade e as possibilidades ou não de soluções; Cooperação entre centros de decisão em política, cultura e negócios; A informação a grupos representativos dos esportes e da comunidade; A cooperação intersetorial e internacional. Esta organização do programa aproxima-se ao terceiro princípio da EA: “integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis”. (GADOTTI, 2000 p. 95).

O esporte é entendido pelo PELC como um fenômeno cultural, e enquanto cultura significa incentivar a Política Pública pautada na produção cotidiana de manifestações que envolvem: comunicação, trabalho, relação com o tempo e espaço enquanto valores, criação de formas expressivas para a relação com o outro (a dança, música, rituais, pintura, escultura, culinária, tecelagem e vestuário)¹⁰. O que está no quarto e no quinto princípio:

[...] envolver perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; e no quinto, ser individual e coletiva, ou seja, ter como propósito formar cidadãos com consciência locais e planetárias, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações (GADOTTI, 2000, p. 95).

O sexto princípio está relacionado, em geral, ao modo como o PELC conceitua, organiza e implanta os programas na cidade, já que compreendemos suas ações como possibilidades “de ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos”. (GADOTTI, 2000, p. 95).

Conclusões

Neste sentido, a contribuição que este ensaio traz está, justamente, no engajamento do movimento social em torno da defesa pelo meio ambiente através das políticas públicas da Educação Ambiental. Os fóruns, encontros, conferências sobre a temática ambiental indicam objetivos, estratégias, metas, prazos para alterar a atual relação de exploração e de destruição entre ser humano e natureza. A Educação Ambiental aparece entre uma das estratégias a favor da preservação da vida no planeta e partir dela, o mundo se envolve em ações pedagógicas para transformar a conduta

¹⁰ Essas ações podem ser verificadas em relatórios técnicos protocolados no Ministério do Esporte.

humana. As políticas públicas no Brasil, em diversos setores, participam do engajamento em torno de uma Educação Ambiental, seja de forma direta ou indireta.

O Ministério do Esporte pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade vem atuando com atividades esportivas de uma forma que, na nossa compreensão, abrem possibilidades para trabalhar com os princípios da Educação Ambiental, pois valoriza a produção do dia a dia das cidades, oferece a possibilidade de trabalhar não mais na lógica do esporte espetáculo, mas, em uma lógica que tem como estratégia, a valorização da liberdade, companheirismo, a autogestão, a solidariedade, representando uma opção autônoma dos sujeitos.

A construção de uma cultura do esporte e lazer da cidade, construída a partir de suas próprias demandas locais são caminhos possíveis para valorizar a cultura humana e a sua relação com o meio ambiente. Já que, nesta perspectiva, é necessário o reconhecimento das expressões culturais construídas na história, reconhecendo e respeitando os limites éticos de conduta humana, e os limites físicos, do ambiente em que é praticado. Este processo requer um conhecimento dos espaços disponíveis, dos desejos e necessidades da cidade que o pratica e a mobilização de vários setores da sociedade. Alterando as relações sociais, econômicas e culturais da cidade. O esporte passa a representar uma prática cultural da vida humana, uma prática que seja impossível dissociá-los das atividades naturais e de sobrevivência, entre elas: o trabalho, a cultura e o lazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**/ Programa Nacional de educação Ambiental. Documento eletrônico disponível no sitio do Ministério do Meio ambiente/ Educação Ambiental. <http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=20&id_conteudo=1068>.

COSTA, Lamartine P. **Meio Ambiente e Desporto**. Uma Perspectiva Internacional. Universidade do Porto, Portugal: Universidade do Porto, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**. Princípios e Práticas. 6. ed. Rev. e amp. São Paulo: Gaia, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão).

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (Org.) **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

KUNZ, Elenor. **Transformação Didático-pedagógica do esporte**. Injuí: Ed. Unijuí, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. 156 p.

Endereço dos Autores:

Soraya Corrêa Domingues
Rodovia Admar Gonzaga n 1863
ap 104 bl b2 – Itacorubi
Florianópolis – SC – 88034-000
Endereço Eletrônico: domingues.soraya@gmail.com